

LINGUAGEM EM FOCO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE

V. 8, N. 2, ano 2016 - Volume Temático: *Linguagem e Raça: diálogos possíveis*

ENTREVISTA COM NILMA LINO GOMES (UFMG)

Glenda Cristina Valim de Melo (UNIRIO)

RESUMO

A questão racial é uma temática relevante que vem sendo investigada tanto na área das Ciências Sociais como também nos campos dos estudos linguísticos e linguístico aplicados. Esta entrevista visa discutir a relação linguagem e raça, partindo do pressuposto de que fazemos coisas com a linguagem, e que a linguagem também é aquilo que fazemos dela (BUTLER, 1999). A entrevistada, professora Nilma Lino Gomes, pesquisa a questão racial desde 1991; assim, seu vasto conhecimento e profunda experiência no assunto podem nos ajudar a compreender a complexidade e a importância da linguagem na naturalização e na manutenção do racismo e dos discursos sobre raça e gênero.

Palavras-chave: Linguagem. Raça. Discurso.

ABSTRACT

The racial question is a relevant issue that has been investigated in the Social Sciences area, as well as in linguistic and applied linguistic fields. This interview aims at discussing the relationship between language and race, based on the assumption that we do things with language, and that language is also what we make of it (Butler, 1999). The interviewee, Professor Nilma Lino Gomes, has been researching the racial aspects since 1991; therefore, her vast knowledge and deep experience in the subject may help us comprehend the complexity and importance of language in the naturalization and maintenance of racism and discourses on race and gender.

Keywords: Language. Race. Discourse.

SOBRE A ENTREVISTADA

Nilma Lino Gomes é professora da Faculdade de Educação, na Universidade de Federal de Minas Gerais, pedagoga e pesquisadora, integra o corpo docente da Pós-Graduação em Educação Conhecimento e Inclusão Social (FAE/UFMG). Ela pesquisa a questão racial brasileira desde 1991 e tem uma vasta publicação (artigos, capítulos de livros e livros) em âmbito nacional e internacional sobre a temática. A professora foi ainda reitora Pró-Tempore da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB (2013-2014) e Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR – (2015) e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (2015-2016) do governo da presidenta legitimamente eleita, Dilma Rousseff.

A ENTREVISTA

Linguagem em Foco (LF) – O Brasil passou por séculos de escravidão e por uma abolição que continuou a compreender negros e negras como mercadorias. Como esses processos ainda podem afetar as vidas de negros e negras no contexto atual?

Nilma Lino Gomes (NLG) – Embora estejamos, hoje, em uma democracia (mesmo que ameaçada pelo golpe parlamentar instaurado em 31 de agosto de 2016 e disfarçado em *impeachment*) a situação estrutural do racismo ainda permanece. O racismo brasileiro é um fenômeno complexo que se alimenta do nosso passado escravista, da não integração da população negra na sociedade de classes e das poucas políticas públicas de promoção da igualdade racial.

Mas ele também se reinventa e estamos no século XXI. Vivemos, hoje, uma situação mais dramática do racismo que é a maneira como ele se incrustou na nossa estrutura social, nas relações de poder, nas relações econômicas e de gênero, de forma tão arraigada que passou a ser naturalizado. Assim, quando algo se naturaliza, ele passa a não ser visualizado e nem nomeado pela maioria. Por isso, o Movimento Negro e de Mulheres Negras são tão importantes, pois eles tornam visível a violência racista, denunciam-na e exigem da sociedade e do Estado políticas públicas para a superação dessa situação.

Tudo isso afeta a vida de negros e negras que vivem processos de desigualdade social, racial e de gênero. A tarefa de superação do racismo para a efetivação da emancipação social se torna ainda mais árdua para a população negra brasileira. Aos poucos, avançamos na compreensão de que a superação do racismo é um dever ético e político de todos nós, independentemente do nosso pertencimento étnico-racial e de classe social. Mas quanto mais a sociedade avança nessa compreensão, mais os grupos conservadores e racistas se reorganizam para reforçar o mito da democracia racial e impregnar o imaginário social do discurso de que não há racismo e nem desigualdade racial, mas, sim, uma convivência pacífica entre os brasileiros e as brasileiras alicerçada na miscigenação racial.

LF – Na sua opinião, que efeitos os discursos sobre a democracia racial podem ser observados na vida social? Como desconstruir este mito em nossas micro-práticas sociais?

NLG – A democracia racial é uma narrativa presente na nossa cultura, na política, nas relações de poder, no imaginário e nas micro-práticas sociais brasileiras que afirma a não existência do racismo e da desigualdade racial entre negros e brancos. Afirma que a situação de colonização pelos portugueses foi “mais branda e amistosa” do que em outros contextos de dominação colonial, devido a uma maneira “amigável” de relação entre senhores(as) e escravos(as), a uma propensão dos portugueses de se misturarem com os povos que eles oprimiam. Trata-se de um discurso mítico (e, na minha opinião, violento) que chega ao cúmulo de afirmar tudo isso resultou numa maior “tolerância e aceitação” do Brasil e dos brasileiros em relação a negros e negras. Sugere, portanto, uma harmonia entre as raças.

Há uma perversidade nesse discurso, pois ele encobre a violência colonial e o racismo na vida e na trajetória das pessoas negras no Brasil, desde a invasão do continente africano e o chamado tráfico negreiro. Ao advogar uma suposta harmonia racial, o mito da democracia racial acaba culpabilizando os próprios negros e negras pela sua situação de exploração e racismo.

É a força do mito que faz com que muitos brasileiros e brasileiras digam, por exemplo: “o racismo está na cabeça dos próprios negros. Somos uma sociedade miscigenada. Tanto é que minha bisavó era escrava e a outra era índia pega no laço. Por isso, não sou racista e por isso não se pode dizer quem é negro e quem é branco no Brasil”.

Eu pergunto: existe coisa mais irritante, violenta e ignorante de se ouvir, ainda hoje, no século XXI, tantos nas ruas, nas micro-práticas cotidianas, na vida política e nas universidades? E eu lhe respondo: essa é uma das formas violentas do mito da democracia racial se expressar.

É um discurso poderoso que consegue ser introjetado e repetido por negros e brancos e, assim, desestimula, ameniza ou neutraliza a luta antirracista. Por isso são necessárias as leis, as políticas de igualdade racial, a denúncia ao racismo e a construção de contra discursos emancipatórios e antirracistas que explicitem o racismo e as diferentes formas de violência por meio das quais ele opera. E nos convoque a uma mudança de pensamento e de práticas.

É necessária uma ação política, cultural, educacional, jurídica e econômica para superar o racismo. É esse fenômeno perverso que alimenta a existência do mito da democracia racial e seus efeitos negativos e desmobilizadores.

LF – Na Conferência da ONU, em Durban, especificamente em 2001, o Brasil foi pressionado a refletir sobre as condições raciais de uma população majoritariamente negra e sobre o racismo à brasileira. Além disso, os Movimentos Negros, que já apontavam o racismo e a desigualdade, reivindicavam ações que possibilitassem melhorias às vidas negras. Que efeitos estas ações tiveram?

NLG – A III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas foi realizada em setembro de 2001, em Durban, na África do Sul e contou com mais de 16 mil participantes de 173 países. Os países presentes apresentaram um panorama da situação de racismo, xenofobia e discriminação existentes nos seus contextos e que tipos de políticas públicas desenvolviam para combatê-la.

Nesse momento, o Brasil, por meio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizou uma pesquisa nacional na qual desagregou os dados de raça/cor para analisar as desigualdades. Foi um momento em que se constatou oficialmente que as desigualdades não eram apenas sociais, mas também raciais. Seja em situação de renda, escolarização, trabalho infantil, emprego etc., a população negra se apresentou em condições mais desiguais quando comparada aos brancos. Isso causou um impacto tanto no governo quanto na sociedade. E confirmou a denúncia histórica do Movimento Negro.

Antes dessa conferência, o Movimento Negro se mobilizou em todo o Brasil e foram realizadas pré-conferências nos Estados. Os ativistas junto com a diplomacia brasileira se fizeram presentes em Durban, o que possibilitou uma pressão nacional e internacional ao governo brasileiro em relação às medidas de combate ao racismo.

O Brasil, nesse evento, foi signatário da Declaração e do Plano de Ação de Durban, nos quais se comprometeu a desenvolver políticas públicas de superação do racismo e, dentre elas, ações afirmativas.

Eu diria, então, que todas as políticas de Estado em prol da implementação das ações afirmativas e da promoção da igualdade racial que foram realizadas pelo Estado brasileiro a partir da Conferência de Durban, em 2001, são ações desencadeadas pela pressão histórica do Movimento Negro e pelo compromisso internacional assumido pelo Brasil.

LF – Como as ações afirmativas podem contribuir para a pesquisa sobre a questão racial no Brasil nas Ciências da Linguagem e Humanas?

NLG – Ao possibilitarem políticas públicas e privadas voltadas para a superação do racismo, para a garantia da igualdade racial e dos direitos da população negra as ações afirmativas impactam todo o país e todas as áreas do conhecimento.

No caso das Ciências da Linguagem e Humanas é possível constatar a entrada com mais vigor da categoria raça (ressignificada social e politicamente) nas pesquisas. Ela passa a ser considerada uma categoria útil de análise para estudos no campo das Ciências da Linguagem e Humanas.

Embora nas Ciências da Linguagem esses estudos ainda estejam em fase de expansão, é possível ver, principalmente no campo da análise do discurso, a preocupação de pesquisadores e pesquisadoras com o estudo das relações raciais, com as questões sobre discurso e racismo e, inclusive, assistimos uma busca pela leitura de autores e autoras estrangeiros e brasileiros que investigam essas questões.

Os estudos das Ciências da Linguagem e Humanas tiveram uma inflexão analítica e teórica quando a questão racial passou a ser tematizada e investigada.

No caso das Ciências Humanas e Sociais já tínhamos uma produção razoável de pesquisas que investigam raça, relações raciais, desigualdades raciais, racismo, entre outros. O que assistimos foi um incremento desses estudos, a presença de mais pesquisadores negros e negras nesses campos, bem como estudantes de iniciação científica, mestrandos e doutorandos.

Mas o maior impacto tem sido a presença de mais negros e negras como docentes das Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas com maior presença na graduação e na pós-graduação. Ou seja, temos uma diversidade racial mais presente no campo acadêmico não só nos temas e nas análises de pesquisas, mas, também, na presença física de pesquisadoras e pesquisadores negros academicamente comprometidos com pesquisas sobre a temática racial. Essa corporeidade é uma afirmação política que traz mudanças no campo do conhecimento em todas as áreas.

Além disso, o próprio contexto das Ações Afirmativas já adotadas desde o início dos anos 2000 por universidades públicas e privadas e, posteriormente, por meio da Lei de Cotas (Lei Federal 12.711/12) e do Prouni tem possibilitado a presença de estudantes negros e negras na educação superior pública e privada. Muitos estão nas áreas das Ciências Humanas e Sociais e chegam com experiências culturais, sociais, políticas extremamente ricas e cobram das instituições e de seus pesquisadores espaço e orientação para pesquisas e estudos sobre a questão racial no Brasil e no mundo.

Temos, portanto, um aumento de pesquisas críticas sobre relações raciais nas Ciências Humanas e Sociais nos últimos tempos. E isso traz novidades e novas indagações para o campo do conhecimento e novas produções científicas.

LF – E a branquitude? Como as pessoas de outras raças/etnias podem contribuir para a igualdade racial?

NLG – Os estudos sobre branquitude ainda são mais frequentes nas análises das pesquisas norte-americanas. Aos poucos, os pesquisadores e as pesquisadoras sobre relações raciais, no Brasil, têm lançado mão desses estudos para pensar a realidade brasileira.

Acho que vários aspectos da análise sobre a branquitude podem ajudar a refletir sobre a nossa realidade. Entender a branquitude significa trazer para o debate a construção da identidade das pessoas brancas e compreendê-las como pertencentes a uma raça (entendida no seu sentido sociológico e político). Geralmente, atribui-se o pertencimento étnico-racial aos negros, aos indígenas, aos outros povos com histórico de colonização e dominação, mas nem sempre (ou nunca!) aos brancos, aos colonizadores, aos dominadores ao longo da história. Ao discutirmos a branquitude além de compreendermos os brancos como raça, atribuímos a estes uma identidade étnico-racial. Isso nos ajuda a entender que o racismo, a miscigenação, as ideologias raciais afetam a vida e a subjetividade das pessoas brancas também. Porém, como geralmente elas estão no pólo da dominação e do poder passam quase despercebidas pela história enquanto sujeitos étnicos e raciais.

A branquitude revela as facetas da violência racial, do privilégio simbólico da brancura, ultrapassa as fronteiras de classe e também se soma ao gênero. No contexto das desigualdades raciais, sociais e de gênero, as pessoas brancas são “blindadas” racialmente. Sua cultura que é diversa, sua subjetividade que também apresenta conflitos, sua mestiçagem que também lhes impõe diferentes modos como são vistos pela sociedade e a sua relação com a classe, a raça e o gênero também interferem na forma como se vêem brancos e como são vistos pela sociedade.

Mas é possível pensar em uma branquitude crítica. Ou seja, existem pessoas brancas que entendem o privilégio da sua brancura numa sociedade racista e fazem um movimento crítico de superação desse lugar. Entendem criticamente o seu lugar na sociedade e no contexto do racismo e das opressões. Essas pessoas brancas se reinventam e se somam à luta antirracista, assumem posições justas e lutam pelos direitos daqueles que a sociedade e as relações de poder oprimem, exploram e discriminam.

Porém, diferentemente dos EUA e no Brasil, a compreensão da branquitude tem que ser acompanhada de uma análise sobre o lugar da miscigenação na sociedade brasileira e dos efeitos que ela assume na vida das pessoas, dos seus impactos locais, regionais e nacionais, e como o “degradeé de cores” do brasileiro assume sentidos e significados diversos no contexto das relações raciais e do racismo.

LF – Como a linguagem está relacionada aos estudos sobre a questão racial?

NLG – Não há como compreender a questão da linguagem sem um corte étnico-racial, de classe e de gênero. A linguagem está relacionada ao poder. Lembro-me de uma linda entrevista de Paulo Freire, em 1985, na Revista Perspectiva, quando eu ainda estava na a graduação em Pedagogia, que não saiu da minha mente. Paulo Freire falava da relação entre linguagem e poder e dava um grande peso ao recorte de classe. Arguto como ele era, arrisco que hoje ele incorporaria raça e gênero na sua análise.

Com os avanços que já temos nos estudos sobre relações raciais e de gênero, é possível ampliar a sua análise e incorporar essas duas outras dimensões. Paulo Freire falava que a nossa linguagem sofisticada, pautada nos conceitos e na descrição dos conceitos, é muito diferente daquela que opera muito mais em termos de descrição do concreto, como é a sintaxe popular. Ele afirmava que só quem tem poder define, descreve, perfila. E que é por isso que o opressor perfila o oprimido, dá nome à terra do oprimido. E nos questionava: quem disse que esse é o padrão certo?

No caso das relações raciais e da violência do racismo, os nossos antepassados africanos trazidos à força para as Américas e dispersos na Diáspora Africana foram oprimidos violentamente pelo poder colonial. Nessas relações de poder, a linguagem foi um importante veículo para estigmatizar, ridicularizar, estereotipar, violentar tudo o que se referia à África e aos seus habitantes, principalmente, a chamada África Negra. As ideias de ignorância, selvageria, feitiçaria, atraso civilizacional que ainda existe no mundo sobre o continente africano e seus descendentes na Diáspora

foram impregnados no imaginário social não somente através de práticas violentas explícitas, mas, também, pelo poder da linguagem, pela forma como foram nomeados esses povos, suas culturas, seus costumes, sua sexualidade, suas lutas.

O Brasil como um dos países com maior quantidade de descendentes de africanos escravizados (somos mais de 50% da população autodeclarados negros, segundo o Censo do IBGE) pode ser um bom exemplo de como se opera a relação entre linguagem e poder. A forma negativa como nós, negras e negros, somos nomeados através dos apelidos, a rápida relação entre ser negro e criminalidade que vemos na imprensa escrita e televisiva, nas redes sociais e no cotidiano da sociedade, os estereótipos racistas e a forma como eles rapidamente são aprendidos pelas crianças, via linguagem, e incorporados na subjetividade dos brasileiros e brasileiras, a associação entre ser negra ou negro e a fealdade, retirando-nos o direito a nos sentir belos, entre outras, passa por uma questão da linguagem e tem relação o poder, a branquitude, o racismo e as desigualdades.

A escola é uma das instituições onde essa situação pode ser observada com muita força e frequência. Tanto entre discentes quanto docentes, a linguagem na escola tende a discriminar os negros e as negras. E isso acontece tanto numa dimensão simbólica quanto prática.

Por isso, o campo da linguagem necessita se dedicar mais a compreensão da relação entre linguagem, raça e poder; discurso, relações raciais e poder. Ainda são muito poucos os estudos. Não dá mais para os teóricos e as teóricas do campo da linguagem se apegarem numa descrição conceitual – como nos dizia Paulo Freire – trabalhando com categorias de análise que não nos ajudam a compreender as relações entre a linguagem e a vida, a linguagem e os dilemas que vivemos no século XXI. A negação da compreensão da força da linguagem na manutenção da opressão e dos estereótipos raciais é uma das formas do racismo se perpetuar.

Mas nós, negros e negras, compreendemos a força da linguagem no campo das relações de poder. Por isso a subvertemos, indagamos, transformamos. Um bom exemplo é a forma como a juventude negra vem se apropriando cada vez mais do poder da linguagem e construindo diferentes formas de se expressar, de exprimir sentimentos e de nomear. A cultura hip-hop, o funk, o empoderamento crespo, as formas criativas e fortes de denúncias do genocídio da juventude negra, o uso das redes sociais para expressar a força da negritude extrapolam as fronteiras da periferia e ocupam o espaço da classe média e da elite. Extrapolam as fronteiras nacionais e ganham espaço internacional. Um outro movimento de emancipação social e racial, por meio da linguagem, está em curso. Os negros e as negras, principalmente os jovens, desafiam, tensionam e denunciam o racismo e a violência racial. Essa linguagem se expressa não somente por meio das palavras, mas também com o corpo, as cores, a estética, a arte e a postura.

A universidade pública, desde a implementação da política de cotas, vem passando por isso também. Podemos dizer que uma nova disputa por hegemonia no contexto das relações raciais vem se instaurando. Estamos vivendo esse momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, NILMA LINO. Igualdade racial: da política que temos à política que queremos. In: SADER, Emir (Org.). **O Brasil que queremos**. 1.ed. v.1. Rio de Janeiro: UERJ-LPP, 2016, p.229-241.

_____. Making the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture Compulsory: tensions and contradictions for Anti-racist Education in Brazil. In: ARAÚJO, Marta; MAESO, Silvia R. (Org.). **Eurocentrism, racism and knowledge**. 1.ed. England: PALGRAVE MACMILLAN, 2015. p.192-208.

_____. **Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na perspectiva da Lei 10.639/03**. 1.ed. v.1. Brasília: MEC/UNESCO, 2012.

_____.; SILVA, Petronilha; GONÇALVES, Beatriz (Org.). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. 3.ed. v.1. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. v.1. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.